



***PEDAGOGIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO JORNAL LAMPIÃO  
DA ESQUINA (1978)***

***PEDAGOGÍAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN EL PERIÓDICO  
LAMPÍÃO DA ESQUINA (1978)***

***PEDAGOGIES OF GENDER AND SEXUALITY IN THE NEWSPAPER  
LAMPÍÃO DA ESQUINA (1978)***

*Alison dos Santos<sup>1</sup>*

*Carin Klein<sup>2</sup>*



**RESUMO**

O Ato Institucional Número 5 perde forças no Brasil em 1978. E é nesse contexto que a imprensa alternativa da época produz o jornal Lampião da Esquina. O estudo consiste no exame desse artefato, produzido por um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas brasileiros que, inspirados em Winston Leyland, editor da revista norte-americana Gay Sunshine, veiculam uma publicação semelhante no Brasil. O debate toma como referência os campos teóricos dos Estudos Culturais e de Gênero, em aproximação com a vertente pós-estruturalista. Examinamos matérias das cinco primeiras edições deste jornal, tomando-o como uma instância educativa do período estudado, partindo da seguinte indagação: quais pedagogias de gênero e sexualidade este artefato cultural produz? O exame do material evidencia que a publicação operou na produção de pedagogias de gênero e de sexualidade, em um período histórico, marcado pela opressão e silenciamento, atuando para ampliar formas de autoafirmação, reconhecimento social e ampliação de direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogias Culturais. Jornal Lampião da Esquina. Gênero. Sexualidade.

<sup>1</sup> Licenciatura em História. Ulbra, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Pesquisadora e docente no Curso de Pedagogia e no PPGEDU. Ulbra, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

## RESUMEN

La Ley Institucional Número 5 pierde fuerza en Brasil en 1978. Y es en este contexto que la prensa alternativa de la época produce el periódico *Lampião da Esquina*. El estudio consiste en el examen de este artefacto, producido por un grupo de intelectuales, artistas y periodistas brasileños que, inspirados en Winston Leyland, editor de la revista estadounidense *Gay Sunshine*, publican una publicación similar en Brasil. El debate toma como referencia los campos teóricos de los estudios culturales y de género, en aproximación con el aspecto post-estructuralista. Examinamos artículos de las primeras cinco ediciones de este periódico, tomándolo como instancia educativa de la época estudiada, a partir de la siguiente pregunta: ¿qué pedagogías de género y sexualidad produce este artefacto cultural? El examen del material muestra que la publicación operaba en la producción de pedagogías de género y sexualidad, en un período histórico, marcado por la opresión y el silenciamiento, actuando para ampliar formas de autoafirmación, reconocimiento social y expansión de derechos.

**PALABRAS-CLAVE:** Pedagogías Culturales. Periódico *Lampião da Esquina*. Género. Sexualidad.

## ABSTRACT

Institutional Act Number 5 loses strength in Brazil in 1978. And it is in this context that the alternative press of the time produces the newspaper *Lampião da Esquina*. The study consists of the examination of this artifact, produced by a group of Brazilian intellectuals, artists and journalists who, inspired by Winston Leyland, editor of the American magazine *Gay Sunshine*, publish a similar publication in Brazil. The debate takes as reference the theoretical fields of Cultural and Gender Studies, in approximation with the post-structuralist aspect. We examined articles from the first five editions of this newspaper, taking it as an educational instance of the period studied, starting from the following question: what pedagogies of gender and sexuality does this cultural artifact produce? The examination of the material shows that the publication operated in the production of pedagogies of gender and sexuality, in a historical period, marked by oppression and silencing, acting to expand forms of self-affirmation, social recognition and expansion of rights.

**KEYWORDS:** Cultural Pedagogies. Newspaper *Lampião da Esquina*. Gender. Sexuality.

\*\*\*

## Introdução

Apenas nos anos 1960 revistas com conteúdos homossexuais começam a ser produzidas e distribuídas de mão em mão, em círculos restritos do país. Editoriais, como *O Snob*, circularam na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1963 e 1969 (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2016), por exemplo. Com a instauração da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e a consequente promulgação da lei da

censura,<sup>3</sup> editoriais com esses conteúdos tornam-se incomuns e restritos. Como consequência, enquanto em outros países os movimentos sociais de lutas pelos direitos LGBTs<sup>4</sup> progrediam e ganhavam vitalidade, no Brasil as discussões acerca das liberdades e direitos individuais desta população ainda eram restritas aos meios acadêmicos e intelectuais de resistência. Isso não implica dizer que os movimentos sociais de luta pelos direitos LGBTs não buscavam se organizar, mas que devido aos fortes instrumentos estatais de repressão deste período, suas tentativas de organização e articulação eram invisibilizadas, inviabilizadas ou, simplesmente, silenciadas (SILVA, 2016, p. 22).

No entanto, em 1978, o Ato Institucional Número 5 perde forças no país.<sup>5</sup> E é nesse contexto que começa a ganhar força a imprensa alternativa da época, na qual o jornal *Lampião da Esquina* torna-se um exemplo emblemático. A proposta da publicação desse jornal ocorre a partir de um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas brasileiros que, inspirados em Winston Leyland, editor da revista norte-americana *Gay Sunshine*, percebem a possibilidade de veicularem uma publicação semelhante no Brasil.

Seu Conselho Editorial era composto por personalidades como Darcy Penteado (artista plástico e literato), Aguinaldo Silva (dramaturgo, jornalista), Gasparino Damata (escritor), Antonio Chrysóstomo (jornalista), Jean-Claude Bernardet (cineasta), João

---

<sup>3</sup> Como exemplo, citamos o Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que em seu artigo 1º e 2º dispõe o seguinte: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior”. (BRASIL, 1970).

<sup>4</sup> Citamos como exemplo emblemático um evento ocorrido nove anos antes da produção do editorial aqui estudado, que repercutiu internacionalmente, dando visibilidade e força aos movimentos em prol da aquisição dos direitos das populações LGBTs, que ficou conhecido como *Stonewall Inn*, onde na noite de 28 de junho de 1969, os frequentadores, assumidamente LGBTs, do bar Stonewall em Nova Iorque, rebelaram-se contra os abusos policiais a que estes eram, frequentemente, submetidos. Para saber mais, ver Silva (2016, p. 25-26).

<sup>5</sup> O período que corresponde à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), teve como uma de suas características a instituição de um forte e complexo aparelho repressivo estatal, que através da prática de violências, silenciamentos e repressões de diversos tipos e intensidades, foi fundamental para o estabelecimento dos generais no poder por mais de duas décadas. O Ato Institucional Número 5 (AI-5), emitido em 1968, foi um forte instrumento repressivo. Através deste, os militares atuaram diretamente no comando dos órgãos de repressão e vigilância, onde a censura aos meios de comunicação ocorreu de maneira mais intensa. No entanto, no governo de Geisel (1974-1979), foi instituído um plano de abertura política que, em sua definição, ocorreria de modo lento, gradual e seguro. Nesta fase, há uma maior autonomia para os meios de comunicação, porém, temas que fossem considerados um perigo à moral e aos bons costumes continuavam a ser vigiados e interditados. Nesse contexto, produz-se o jornal *Lampião da Esquina*. Em outubro de 1978, é aprovada a emenda constitucional n. 11, que possuía como principal objetivo a revogação do AI-5. A referida emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 1979 (BRITO, 2016; FAUSTO, 2015).

Antônio Mascarenhas (advogado e ativista), Peter Fry (antropólogo) e João Silvério Trevisan (dramaturgo, jornalista, ativista). Sua parte editorial era constituída de sete seções: Opinião (correspondente ao editorial), Reportagens, Literatura, Tendência (espaço cultural), Ensaio, Esquina (seção de artigos), Cartas na Mesa (correspondências de leitores publicadas) e, após a quinta edição, ganhou também a coluna Bixórdia, que disponibilizava fofocas gerais. Cada edição possuía uma tiragem de aproximadamente 10 a 15 mil exemplares, cujo subsídio para circulação advinha de colaboradores e também da criação de uma editora própria. Embora tenha sido editado por pessoas assumidamente homossexuais, seu enfoque não era voltado apenas para a militância homossexual, tendo como público-alvo todas as vozes e identidades marginalizadas daquele período. Eram latentes matérias sobre direitos humanos, direitos das mulheres, direitos dos negros e até mesmo sobre o meio ambiente.

Este jornal tem inspirado as humanidades, seja nos campos da História, da Sociologia, da Antropologia, da Comunicação Social, movimentando a produção de diversos trabalhos, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, porém sempre com um enfoque para a questão da História da imprensa alternativa gay da época (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2016), com o campo das representações homoeróticas que estavam ali sendo veiculadas (PEREIRA, 2017), das lutas políticas do movimento homossexual (BRITO, 2016; MARIUSSO, 2015; SOTANA; MAGALHÃES, 2015) ou, ainda, apenas o utilizando para narrar uma história do movimento homossexual brasileiro (COELHO, 2014).

No entanto, neste trabalho, esta publicação não é tomada apenas como uma fonte histórica,<sup>6</sup> capaz de dar visibilidade a um passado que constitui um pedaço da história do próprio movimento homossexual brasileiro. Mas é tomada, também, enquanto uma instância pedagógica do período estudado, que fez circular não apenas textos e imagens, mas ensinamentos que pretendiam atuar na constituição de saberes, normas, direitos,

---

<sup>6</sup> Conforme Marc Bloch (2001), tudo, praticamente, que nós, seres humanos, escrevemos, falamos, produzimos, tocamos e fabricamos, pode ser utilizado como ferramenta de produção do conhecimento histórico, na medida em que estes artefatos têm o poder de informar e elucidar a respeito do nosso passado. Ainda, conforme Bloch (2001), o passado é um fato, que por definição, não poderá ser modificado. Entretanto, o conhecimento que se produz a respeito do passado se encontra em constante progresso, devendo sempre ser aperfeiçoado e transformado. Portanto, ao tomarmos este artefato cultural, também, enquanto uma fonte para (re)constituição do período estudado, tendo como objetivo a investigação de pedagogias de gênero e sexualidade a partir desta publicação, admitimos que somos partes constituintes deste processo, sem escapar das maneiras de construção, poder e regulação de saberes ao qual nos encontramos imersos na contemporaneidade.

comportamentos, condutas e representações acerca dos temas que envolvem a produção do gênero e/ou sexualidade.

Portanto, inscrevemos este trabalho no campo teórico dos Estudos Culturais em Educação, pois este se constitui de modo interdisciplinar com o propósito de explorar os mecanismos de produção, circulação e recepção dos mais diversos artefatos culturais. Através da articulação entre os Estudos Culturais e a Educação torna-se possível investigar os sentidos veiculados e produzidos em torno deste artefato, assim como da constituição de pedagogias de gênero e sexualidade, no período estudado. Outro campo teórico importante para a realização desse estudo refere-se aos Estudos de Gênero, que se aproximam da vertente pós-estruturalista, pois este campo nos propõe o uso de ferramentas políticas, teóricas e pedagógicas na direção de desestabilizar noções binárias e essencialistas que, historicamente, produziram hierarquias e desigualdades entre os gêneros e as sexualidades (SCOTT, 1995; MEYER, 2017). Delimitado nosso campo de investigação, buscamos acionar algumas compreensões que tomamos como relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Apoiados em Hall (1997), acionamos o conceito de cultura a fim de enfatizarmos o seu caráter provisório e constitutivo. Neste trabalho, portanto, partimos da compreensão de que é em meio à cultura que são travadas lutas, disputas, resistências, contestações e ressignificações em torno das significações que envolvem a constituição das relações e práticas sociais.

É no âmbito da cultura que as mídias, entre elas a jornalística, assumem um lugar fundamental na constituição e compreensão da realidade política, social e cultural. A edição impressa é concebida enquanto o lugar da materialização dos discursos acionados durante a produção, transformados, (re)elaborados de acordo com determinadas normas de inteligibilidade. A edição finalizada é constituída por meio de estratégias discursivas montadas pelos seus/suas redatores/as, repórteres, fotógrafos/as, editores/as e ilustradores/as, intencionando interpelar e envolver o receptor imaginado. Ou seja, “impresso, o jornal propicia o início de um novo momento de significações, num espaço que se instaura entre a produção e o leitor, no texto e fora dele, no social, e sempre pela linguagem” (FELIPPI, 2006, p. 105).

O conceito de pedagogias culturais torna-se outra potente ferramenta teórica e metodológica. Nesse sentido, a educação refere-se aos processos amplos que se disseminam na cultura e atuam na constituição de quem somos. Desse modo, a compreensão desse conceito se relaciona ao exame de uma complexa rede de

significações, que se dispersam, fortemente, através dos processos educativos que ocorrem no âmbito da cultura, aliados às disputas de sentidos e de poder (ANDRADE; COSTA, 2015). Sendo assim, pedagogias são identificadas nos artefatos culturais, na medida em que organiza e difunde poder<sup>7</sup> e representação, tal como: jornais, revistas, produções audiovisuais, etc.

Por último, ressaltamos o uso do conceito de gênero e sexualidade enquanto ferramentas teórico-metodológicas e políticas. Assumimos o gênero enquanto um construto da cultura, marcado pela fluidez, contingência e provisoriedade através dos inúmeros processos educativos aos quais nos encontramos inseridos ao longo de toda a vida. Compreendemos que os processos que distinguem homens de mulheres não podem ser justificados por meio dos corpos e da biologia, mas que as masculinidades e as feminilidades são produzidas e estão implicadas com os processos de significação, forjados por meio das normas, regras sociais, códigos, símbolos, leis e das próprias políticas públicas e instituições sociais de uma determinada sociedade (MEYER *et al.*, 2014). Já a sexualidade não se relaciona a um impulso corporal e/ou instinto biológico, tampouco corresponde a uma sequência “natural” entre sexo-gênero-sexualidade. Adotamos a compreensão de que sexualidade é produto da cultura e diz respeito às formas de vivermos os desejos e prazeres corporais em sentido amplo, “[...] com parceiros/as do sexo oposto, com parceiros/as do mesmo sexo, com parceiros/as de ambos os sexos, sem parceiros/as, com parceiros/as virtuais, com parceiros/as inanimados, dentre outras possibilidades” (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2007, p. 228).

Conforme traz Scott (2012), os trabalhos que trazem a discussão acerca da produção do gênero e das sexualidades no âmbito da cultura, mantêm-se extremamente pertinentes na atualidade, enquanto instrumentos críticos de análise da realidade social. Para a historiadora, os tempos atuais correspondem à emergência de inúmeros movimentos e forças reacionárias antigênero. Nesta perspectiva, tomar o gênero e a sexualidade enquanto objetos de estudo torna-se uma resposta politicamente interessada nestas investidas. Portanto, regulações normativas que buscam contestar o caráter científico e político destes campos de estudos tornam-se igualmente estratégias de

---

<sup>7</sup> Assumimos a perspectiva pós-estruturalista foucaultiana a respeito do poder e compreendemos que este não é uma força que emana de um centro, algo que possa ser possuído e/ou localizável ou que intenciona interditar sobre a ação alheia. O poder não pode ser adquirido, compartilhado ou desvanecido, mas antes, entendemos que o poder se estabelece através de inúmeros locais e de relações móveis e desiguais. Este é visto enquanto uma positividade, uma força produtiva que é distribuída difusamente por todo tecido social, e que em toda a rede do poder, existem pontos de resistência (FOUCAULT, 2017).

poder, porém na direção oposta, ao contestar, enfraquecer e desmerecer esse debate. “Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder” (SCOTT, 2012, p. 346).

Para realizarmos esta investigação, organizamos o texto da seguinte forma: a) introdução e contextualização histórica a respeito do nosso tema de pesquisa; b) ferramentas teóricas e metodológicas de análise; c) percurso metodológico, do objeto de pesquisa e do recorte do material empírico; d) exercício analítico que permite evidenciar o caráter pedagógico e constitutivo do artefato cultural.

### **Apresentando o percurso metodológico e o objeto de pesquisa**

Como já anunciamos, o jornal *Lampião da Esquina*<sup>8</sup> ocorre após o abrandamento dos anos de censura vividos durante a ditadura civil-militar (1964 -1985). Este jornal circulou entre os anos de 1978 e 1981 e possuía periodicidade mensal, com algumas edições extras. Ao todo, 38 edições representaram a articulação política de uma elite intelectual que, através da organização de um canal de comunicação clandestino, buscou veicular compreensões ligadas à subversão e a contestação de diversos movimentos sociais considerados minoritários, na época.

A análise do material empírico selecionado para este trabalho corresponde às edições do ano de 1978, n. 0, n. 1, n. 3, n. 4 e n. 5. Realizamos o exame dessas publicações e retiramos uma reportagem de cada edição, na medida em que as consideramos produtivas, partindo da seguinte indagação: que pedagogias de gênero e sexualidade este artefato cultural produz?

Conforme explicita Louro (2000), são consideradas pedagogias de gênero e de sexualidade os ensinamentos e as linguagens que operam no âmbito da cultura como produtoras das masculinidades e feminilidades, assim como das formas que aprendemos e assumimos vivermos os prazeres sexuais, a escolha de parceiros/as, etc. Para que estes ensinamentos sejam “circunscritos” aos sujeitos de gênero e sexualidade, há uma série de tecnologias acionadas por instituições sociais, como a escola, a família, as mídias, as igrejas, etc. que realizariam de forma articulada investimentos para constituirmos as identidades sexuais e de gênero. Estes ensinamentos procuram ser reiterados, mas

---

<sup>8</sup> O acervo de todos exemplares das publicações de *Lampião da Esquina* se encontra disponível para acesso no *site* do Grupo Dignidade. O grupo, fundado em 1992, em Curitiba, e sem fins lucrativos, atua diretamente na promoção da cidadania e direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+) (DIGNIDADE, 2020).

também podem ser contestados, negociados e modificados por diversas instâncias pedagógicas (LOURO, 2000).

Partimos da compreensão de que mesmo diante dos avanços e progressos adquiridos no âmbito jurídico e dos direitos humanos brasileiros, em relação às mulheres e à população LGBTQIA+, ainda vivencia-se o crescimento das violências relacionadas às dimensões de gênero e sexualidade, ou seja, praticadas, principalmente, contra as mulheres e/ou pessoas LGBTQIA+. Segundo o Relatório da Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBTQIA+, mata-se muito mais homossexuais, transsexuais, lésbicas e bissexuais no Brasil do que em países da África e Ásia, que possuem em suas leis mecanismos de extermínio contra estas populações (RIO GRANDE DO SUL, 2019; VIOLÊNCIA, 2020). Nesta perspectiva, evidenciamos a relevância do presente estudo, uma vez que discorre sobre o caráter dinâmico e produtivo da cultura, das possibilidades de reivindicação política e de resistência, que mesmo diante da repressão vivenciada, no período em questão, buscou construir formas de contestação, fazendo circular o jornal, com ensinamentos em torno das lutas, liberdades e resistências. Desse modo, investigações que fomentem as constantes discussões e lutas políticas em torno dos sentidos atribuídos para o gênero e a sexualidade, que é o que nos propomos, tornam-se ferramentas aliadas para a ampliação das lutas políticas e de reconhecimento, bem como de ampliação dos direitos humanos.

O historiador Chartier (2002) argumenta que diferentes lugares e tempos, produzem modos de construção da realidade social distintos, por meio de classificações, delimitações e divisões. Esses esquemas “simbólicos” intelectuais criam figuras que dotam o presente de sentido. Para ele, esses esquemas de sentidos, códigos e padrões são compartilhados, podendo tanto atuar nos processos de naturalização, como podem evidenciar que os sentidos são dinâmicos, negociados, disputados, historicamente construídos por meio dos conflitos e interesses dos grupos sociais e relações de poder que os estabelecem. Chartier prossegue:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

Na próxima seção, realizamos o exercício analítico que nos permite evidenciar o caráter pedagógico e constitutivo do nosso artefato cultural, em relação a gênero e sexualidade.

### **Investimentos na politização das identidades de gênero e sexuais**

A primeira reportagem da seção “Opinião”, da edição de número 0, chamada “Saindo do Gueto”, de autoria do Conselho Editorial do jornal, diz o seguinte:

É preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. [...] Lampião reivindica em nome dessa minoria a não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. [...] Nós pretendemos também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 2).

Lemos nesse excerto um enunciado ainda proferido nos dias de hoje, que se refere a dar “voz a todos os grupos injustamente discriminados” e que convoca de modo imperativo, os/as leitores/as a sair do “gueto”, a “destruir uma imagem padrão” e “soltar a fala” para as diferentes formas de viver o gênero e a sexualidade. O gueto é acionado como o local onde os grupos minoritários, discriminados, ignorados e excluídos são obrigados a povoar, ficando à margem de outros integrantes da sociedade. O texto prossegue, ressaltando a humilhação e as privações que um/a homossexual vivia no período em questão, necessitando ficar recluso, às sombras (ou no armário), em razão da sua sexualidade. O argumento construído no editorial coloca em xeque os processos vigentes e normalizadores para viver o desejo e a sexualidade, evidenciando o caráter dinâmico e disputado dos saberes e compreensões em torno do gênero e sexualidade.

Busca-se ampliar a compreensão de que a homossexualidade não é um desvio a uma suposta norma heterossexual, ao contrário disso, reivindica-se o lugar, a voz e a concretude das vivências que impõem silêncios, medo e discriminação para muitos sujeitos. A publicação explícita ainda, a intencionalidade de romper com as significações atribuídas e que valoram os sujeitos, colocando-os nas margens ao dotá-los por meio da sexualidade, de mais ou menos prestígio na sociedade. Compreender o caráter dinâmico, fluido e provisório do gênero e da sexualidade torna-se uma ferramenta de oposição às normas instituídas e que funcionam por meio do exercício do poder e da regulação.

**FIGURA 1:** Capa da edição n. 0 do jornal Lâmpião da Esquina



**Fonte:** Imagens capturadas pelo/a autor/a, diretamente do site do Grupo Dignidade (2020).

Nesta mesma direção, na edição de número 0, o Conselho Editorial, na pessoa de Aginaldo Silva (SILVA, 1978, p. 5), informa que a ausência de mulheres na redação da publicação não ocorreu de modo premeditado, que diversos convites foram feitos para diversas mulheres escritoras, no entanto, todos foram recusados. Neste sentido, na edição de número 1, a reportagem intitulada “Nossas Gaiolas Comuns” tem a autoria creditada apenas ao nome feminino de Mariza, cujo nome não estava listado entre os colaboradores da edição anterior. Mariza inicia o artigo entoando um verdadeiro convite para que o leitor se integre à luta e à resistência, não apenas de suas próprias conquistas,

mas que os/as leitores/as também se aliem em prol dos interesses de todos os grupos excluídos:

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo deste processo. Estas lutas têm ainda nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas mas não reconhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo em que é revolucionária, é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autorreconhecimento tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história (MARIZA, 1978, p. 2).

O texto segue questionando acerca da luta de homens e mulheres homossexuais, que embora possuam suas especificidades no que se refere às causas, necessitam conquistar o reconhecimento amplo das diferenças, sem que isso implique a produção de desigualdades entre os diferentes grupos. A autora argumenta que a resistência contra a opressão é uma das lutas mais antigas das sociedades humanas e que no transcorrer da história tem assumido variadas formas e nomes. Neste sentido, infere que uma das primeiras tarefas a realizar é seguir reivindicando a quebra de paradigmas e estigmas que inferiorizam os homens e as mulheres homossexuais, dando visibilidade àquilo que muitos/as são ensinados/as a silenciar, esconder e deixar nas sombras.

Isso significa nomear, dizer em voz alta o que todos já conhecem, mas preferem silenciar a respeito da homossexualidade. Significa difundir e disseminar os conhecimentos possíveis, acerca dos homens e mulheres homossexuais, suas existências, desejos, necessidades, projetos, criações, garantindo direitos enquanto seres humanos individuais e sociais. Nessa perspectiva, “Gaiolas comuns” torna-se uma luta que deveria ser comum a todos/as, de habitar lugares possíveis, legítimos para viver, circular, amar, ser respeitado/a, mas que necessita ganhar espaço, romper as grades. Outro excerto da mesma autora diz o seguinte:

Mas a mesma história que pode servir para compreendermos melhor o nosso presente [...] é também frequentemente utilizada para justificá-lo. Ecos repetidos das perguntas pelas origens, que nos leva sempre a um beco sem saída: ‘sempre foi assim, em todas as sociedades conhecidas, a mulher ocupou sempre uma posição subordinada em relação aos homens’, ou, ‘o homossexualismo sempre apareceu na

história em momentos de crise da humanidade, como uma espécie de autofagia da espécie humana, ou sinal de sua decadência'. Ou ainda, 'desde os primatas que o macho é o ser agressivo por excelência, sua relação foi sempre com o mundo exterior e sempre de dominação'. (MARIZA, 1978, p. 2).

Neste excerto, a autora, através de um jogo discursivo, procura construir um ensinamento que desnaturaliza e problematiza fundamentos essencialistas atrelados a um suposto determinismo biológico que, historicamente, justificaria comportamentos como se estivessem intrinsecamente ligados à constituição da masculinidade hegemônica. Por masculinidade hegemônica compreendemos um conjunto de normas produzidas, reiteradas e negociadas no âmbito da cultura, que objetivam a manutenção de determinados grupos de homens, enquanto dominantes, dentro de uma determinada estrutura social para os gêneros e as sexualidades, sendo a utilização da força e da violência, uma das características que propiciam a subjugação das outras masculinidades e feminilidades (KLEIN; SANTOS, no prelo). Ou seja, Mariza procura desconstruir o entendimento que historicamente tem subordinado mulheres e homossexuais a um grupo de homens, tomados como norma e ligados a uma suposta matriz cisheteronormativa, natural, biologizante e histórica. Vale ressaltar que tal entendimento a respeito das masculinidades e feminilidades dissidentes permanece até os dias de hoje.

Na mesma direção, a seção "Cartas na Mesa", da edição n. 2, divulgava correspondências dos/as leitores/as de todo país com o objetivo de expor suas opiniões, críticas, questionamentos a respeito das publicações, indicando o caráter contestador que a cultura faz circular através dos artefatos, como o referido jornal. Uma leitora, identificada apenas como Rose S., da cidade do Rio de Janeiro, cursando Comunicação Social na ocasião, escreve parabenizando o editorial pela iniciativa da publicação, ressaltando a qualidade das reportagens, mas em seguida postula o seguinte questionamento:

As mulheres estão praticamente alijadas do LAMPIÃO. Esta é a grande falha dos jornais gueis. Ora, bolotas, vou acabar encabeçando um movimento e fundando o jornal 'Maria Bonita' (será que até entre nós, já tão vilipendiadas, existe a tal discriminação?), cujo **slogan** será: 'menino não entra'. Fica lançado o desafio. Ou nós entramos na jogada, ou 'Maria Bonita' entrará em cena para apagar o fogo de LAMPIÃO (ROSE, 1978, p. 14, grifos da autora).

No mesmo sentido, a autora, utilizando a ironia e a antítese como figuras de linguagem, como quando coloca nas entrelinhas sentidos para o “Lampião”, em contraposição à “Maria Bonita”, busca contestar e denunciar o silenciamento das vozes das mulheres, por parte da posição masculina do editorial do jornal, na referida publicação. Na seção “Cartas na Mesa”, o Editorial, geralmente, procurava emitir alguma nota em resposta às indagações ou opiniões dos/as leitores/as, fato este que não ocorre com a carta da leitora Rose S. E o silenciamento a respeito do tema dos direitos das mulheres vigora durante as duas próximas edições do jornal. Somente na edição de número 5 o Conselho Editorial, na pessoa de João Silvério Trevisan, atende a reivindicação desta leitora, publicando um artigo denominado “Minorias e Política” (TREVISAN, 1978, p. 6). Neste, o autor procura discorrer a respeito dos direitos das mulheres, dando visibilidade aos grupos emergentes e organizados, enquanto feministas nesse período. Sendo assim, ele explicita acerca da “Carta dos Direitos da Mulher”, que estava sendo lançada e debatida naquela ocasião, por diversos grupos feministas brasileiros, em São Paulo, e que objetivava atuar enquanto um mecanismo de pressão política que veiculasse as contestações e reivindicações das mulheres:

A carta contém uma análise crítica da situação da mulher no Brasil, protestando, entre outras coisas, contra a injusta divisão social que torna o trabalho da mulher ignorado ou desvalorizado: condena a manipulação que os meios de comunicação fazem da mulher, prisioneira da dicotomia ‘símbolo sexual-rainha do lar’: e propõe uma detalhada lista de exigências relativamente à família, educação, saúde, formação profissional e trabalho. A Carta me parece francamente admirável e corajosa, ao propor soluções polêmicas e específicas da mulher: criação de berçários e creches nos bairros e empresas; criação de lavanderias públicas; reconhecimento de plenos direitos à mãe solteira; mudança do Código Civil, garantindo igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher dentro da família; incentivo à pesquisa de melhores métodos anticoncepcionais para homens e mulheres; abolição da legislação repressiva ao aborto e proteção médica às mulheres que recorrem a ele, como último recurso a uma gravidez não desejada; nas escolas, implantação de uma educação baseada na igualdade entre os sexos, combatendo o duplo padrão de comportamento; igualdade de salário entre homens e mulheres que tenham o mesmo tipo de profissão; no trabalho, contra a dispensa sem justa causa da mulher que se casa ou engravida; inclusão, no Código de Publicidade, da proibição do uso da mulher como objeto sexual (TREVISAN, 1978, p. 6).

Trevisan prossegue, parabenizando a luta e a coragem dos movimentos organizados das mulheres e, neste sentido, inferindo diversas críticas ao movimento dos

homossexuais. No entanto, destacamos que o texto busca conciliar as estratégias que suscitem tanto a politização dos movimentos feministas quanto do movimento dos homossexuais, nas conquistas de seus direitos e, ao dar visibilidade para as ações políticas realizadas pelas mulheres, pretende apresentar como exemplo norteador na luta do reconhecimento dos seus direitos, para que, através disso, outros grupos subordinados e minoritários possam se reconhecer e se inspirar.

Ou seja, a produção discursiva veiculada no jornal opera na construção de uma pedagogia que investe na politização das identidades de gênero e sexuais. Estas, por transgredirem as fronteiras e as normas impostas pelas diversas pedagogias de gênero e sexualidade, reiteradamente acionadas no âmbito da cultura, precisariam através da sua coletividade e unidade, pleitear reconhecimento e lugar e, conseqüentemente, sua ampliação e acessos, saindo dos ambientes marginais e subalternos da vida social.

**FIGURA 2:** Artigo “Uma questão de cultura” da edição de número 3



Fonte: Pestana (1978, p. 4).

Retornando para as discussões pertinentes ao público homossexual, na edição de número 3, lemos um artigo de autoria de Paulo Sérgio Pestana, intitulado “Uma questão de cultura”, no qual diz:

Qualquer revista deve a si mesmo e aos seus leitores um momento para definir sua posição e tornar clara a sua filosofia editorial. Nós achamos que ser homossexual é ser normal: que os homossexuais têm uma cultura na qual os heterossexuais existem apenas periféricamente, tal como os homossexuais no mundo heterossexual [...]. O que você encontrará em nossas páginas é uma reafirmação: de que há 20 milhões de nós espalhados por este país, portanto, você não está só; de que cada um de nós é uma parte deste todo, e de que ser homossexual é tão comum quanto ter olhos castanhos ou ser canhoto. (PESTANA, 1978, p. 4).

O texto procura produzir sentimentos de igualdade e autoafirmação em torno da identidade homossexual. Brinca e transgride com as compreensões do que pode ser tomado como norma ou diferença. Nessa relação, as identidades homossexuais não necessitam ficar na margem ou viver na obscuridade da vida social, mas sim tornarem-se representativas, corriqueiras, “normalizadas”. Ou seja, há um trabalho a ser feito, um investimento discursivo que necessita esticar e ampliar os sentidos e aquilo que se entende por norma, a fim de contemplar quem está fora dessa delimitação.

O jornal posiciona-se, produz uma retórica e diz que se é “uma questão de cultura”, a cultura pode e deve ser movimentada, resignificando os processos de atribuição de sentidos relacionados à homossexualidade e que a colocam na margem. Ensina ainda que a homossexualidade não é algo vivido de forma solitária, anônima, mas que necessita integrar uma grande parcela da população brasileira, segundo o autor, mais de 20 milhões de homossexuais espalhados/as pelos quatro cantos do país. É uma pedagogia que incita a autoafirmação, a ampliação de espaços e acessos, bem como a resistência ao proclamar: nós somos os normais, não somos os excluídos! Temos nossa própria cultura e somos muitos, não apenas no Brasil, mas no mundo!

Já na seção denominada “Cartas na Mesa” da edição de número 4 (FERNANDES, 1978, p. 17) destaca-se mais uma vez o caráter educativo do material empírico, na medida em que reitera para seus/suas leitores/as os ensinamentos ali veiculados, apresentando falas de reconhecimento e adesão a esse grupo social, instigando os/as leitores/as a somar esforços a fim de ampliar as opiniões ali divulgadas. Conforme pode ser lido na carta do leitor Edilson Fernandes:

Venho por meio desta, parabenizar-lhes pelo que de bom vêm fazendo por esta minoria de milhões em todo o mundo. Negam, gritam e, ela existe, é um fato real, concreto e persistente. É a vida que nasce, chora, ri sofre, é gente (FERNANDES, 1978, p. 17).

Escrever, educar, repetir e desestabilizar são movimentos necessários e importantes para re/inscrever sentidos para os corpos de mulheres e homens, a fim de ampliar e conquistar, ainda, nos dias de hoje, igualdade de direitos, acessos, reconhecimento e legitimidade. Afastar-se de lógicas binárias e matrizes conservadoras que persistem em nos posicionar como sujeitos de gênero e sexualidade, acertados ou desviantes, parece se tornar um caminho interminável, exigindo de nós a análise

constante das linguagens e da cultura, resistindo, subvertendo e desnaturalizando fronteiras e regras que insistem em dizer quem somos.

### Considerações finais

Finalizamos indicando a dimensão educativa das mídias, entre elas a jornalística, que operam em diferentes épocas e contextos históricos. Através deste estudo, podemos visibilizar que mesmo em meio a um período histórico e político de silenciamento, repressão, privação de direitos e liberdades políticas, o jornal *Lampião da Esquina* buscava atuar como um estandarte, intencionando educar, ampliar sentidos e direitos dos sujeitos considerados minorias. Vale dizer que minoria aqui não abarca a dimensão numérica e sim de atribuição de sentidos, ocupação de espaços, garantia de direitos e igualdade social. Dar voz e fazer falar sobre os dilemas vividos pelos chamados grupos minoritários ou sujeitos historicamente marginalizados poderia funcionar enquanto estratégia política importante de reconhecimento e autoafirmação. Argumentamos que este artefato veiculou pedagogias de gênero e sexualidade para a sociedade, na direção de produzir sentidos e sentimentos de autoafirmação identitária, de pertencimento a sociedade, enquanto um grupo que estava se organizando e tinha a necessidade de buscar os seus direitos. Se a grande mídia institucionalizada não permitia fazer circular os discursos e representações das identidades femininas e homossexuais, o jornal operou enquanto uma instância pedagógica capaz de difundir lugares e reconhecimentos àqueles/àqueles que viviam na obscuridade da vida social.

### Referências

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. *Textura*, Canoas, v. 17, n. 34, p. 48-63, maio/ago. 2015.

ARIAS NETO, José Miguel; PESSOA DO AMARAL, Muriel Emídio. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). *Cuad. inf.*, Santiago, n. 39, p. 101-112, dez. 2016. Disponível em [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0719-367X2016000200007&lng=pt&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-367X2016000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2020.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970. *Diário Oficial*, Brasília, 26 jan. 1970, p. 577, seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm). Acesso em: 14 set. 2020.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. *O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)*. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Memória e Sociedade. Lisboa: Ed. DIFEL, 2002.

COELHO, Vinicius. *Lampião da Esquina: porta voz dos homossexuais (1978-1981)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

DIGNIDADE. *Lampião da Esquina*. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/#>. Acesso em: 9 set. 2020.

FAUSTO, Bóris. O regime militar (1964-1985). In: FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Jornalismo e identidade cultural. Construção da identidade gaúcha em Zero Hora*. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2227/1/000389285-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

FERNANDES, Edilson. Poetas e impacientes. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 4, p. 17, ago./set. 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. I: a vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997. Disponível em: [http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda\\_2011\\_02.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf). Acesso em: 14 mar. 2020.

KLEIN, Carin; SANTOS, Alison dos. “Orgulho de ser Hetero?” Disputas em torno das masculinas em uma página do Facebook. Artigo aceito para publicação na Revista Teias. [No Prelo].

LAMPIÃO DA ESQUINA. Saindo do Gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 0, p. 2, abr. 1978.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

- MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- MARIZA. Nossas gaiolas comuns. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 1, p. 2, maio/jun. 1978.
- MEYER, Dagmar Estermann *et al.* Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, p. 885-904, 2014.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 219-239, dez. 2007.
- PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. “Gay-macho”, “travesti” ou “bicha pintosa”? A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.
- PESTANA, Paulo Sérgio. Uma questão de cultura. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 3, p. 4, jul./ago. 1978.
- RIO GRANDE DO SUL. *Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT*. 2019. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/ComEspLGBT/Relat%C3%B3rio%20final%20Comiss%C3%A3o%20Especial%20LGBT.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ComEspLGBT/Relat%C3%B3rio%20final%20Comiss%C3%A3o%20Especial%20LGBT.pdf). Acesso em: 30 jul. 2020.
- ROSE, S. Cartas de “Marias Bonitas”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 2, p. 14, jun./jul. 1978.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, v. 45, p. 327-351, 2012.
- SILVA, Aginaldo. Mulheres do mundo inteiro. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 0, p. 5, abr. 1978.
- SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. *Lampião da esquina: lutas feministas nas páginas do “Jornal Gay”, luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981)*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SOTANA, Edvaldo Correa; MAGALHÃES, Mellany Oliveira. Ativismo político em traços de humor: as charges veiculadas no jornal O Lampião da Esquina (1978-1981). *albuquerque: journal of history*, v. 7, n. 13, 1 jul. 2015.

TREVISAN, João Silvério. Minorias e política. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, ed. 5, p. 6, out. 1978.

VIOLÊNCIA contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. *Isto é dinheiro*, ed. 1179, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Recebido em fevereiro de 2021.

Aprovado em abril de 2021.

Revista  
**Diversidade**  
e Educação